

Marcos Cândido Mendonça

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia - UFES
mcmcandido@hotmail.com

Carlos Teixeira de Campos Júnior

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Geografia - UFES
ctcampos@gmail.com

O discurso da modernidade na construção de Vitória-ES

Resumo

Este artigo investiga a modernidade na construção da cidade de Vitória na passagem do século XIX para o XX, no qual o Estado atuou como principal promotor dessa tarefa. Para tal investida, a análise partiu do estudo dos fundamentos ideológicos do processo. A conclusão foi a de que as transformações de Vitória foram dominadas pelos interesses ligados à instância mercantil-exportadora do capital em detrimento da construção de um projeto coletivo de cidade; e que essa fração do capital se alimentou ideologicamente do signo do moderno para a construção de um projeto de classe, orientado para a via do desenvolvimento comercial, que propôs a produção do moderno por meio da ruptura com o passado colonial da cidade. A perspectiva de análise buscou compreender a produção da modernidade urbana enquanto produção do espaço, e, nessa tarefa, investigar os fundamentos ideológicos que participaram do processo de construção da cidade.

Palavras-chave: Vitória-ES, modernidade urbana, produção do espaço, ideologia, desenvolvimento.

Abstract

THE DISCOURSE OF MODERNITY IN THE CONSTRUCTION OF VITÓRIA-ES

This article investigates the modernity in the construction of the city of Vitoria in the passage from the nineteenth century to the twentieth century, in which the State acted as the main promoter of this task . For this purpose, the analysis was based on the study of the ideological foundations of the process. The conclusion was that the transformations of Vitória were dominated by the interests linked to the mercantile-exporting instance of capital, to the detriment of the construction of

a collective city project; and that this fraction of capital was ideologically nourished by the sign of the modern for the construction of a class project, oriented towards commercial development, which proposed the production of the modern through a rupture with the colonial past of the city. The perspective of analysis sought to understand the production of urban modernity as a production of space, and in this task, to investigate the ideological foundations that participated in the process of construction of the city.

Key-words: Vitória-ES, urban modernity, production of space, ideology, development.

1. Introdução

Este artigo investiga os fundamentos ideológicos do processo de produção da modernidade urbana em Vitória, no qual o Estado atuou como produtor do espaço, promovendo basicamente a transformação do traçado urbano, da tipologia arquitetônica, a criação de serviços urbanos (iluminação pública, abastecimento de água e bondes elétricos), o embelezamento da cidade, e, como consequência, o florescimento de um novo modo de experiência da cidade surgido a partir da transformação física do espaço construído.

As transformações da cidade em análise ocorreram na passagem do século XIX para o XX, e corresponderam ao primeiro momento de modernização da cidade, quando o traçado urbano e a arquitetura históricos, herdados do período colonial, foram destruídos ou desfigurados em virtude de um expressivo processo de (re)construção da cidade.

Vitória no final do século XIX, embora fosse a Capital do estado do Espírito Santo, compreendia um pequeno núcleo urbano cuja população não ultrapassava dez mil habitantes. A cidade não contava com infraestrutura urbana, como abastecimento de água e esgoto, e tinha um precário sistema de iluminação pública. Embora essa situação não fosse exclusiva de Vitória, não deixou de fazer eco no pensamento da classe dominante local¹. As palavras do presidente Muniz Freire (1892-1896), por mais partidárias ou exaltadas que possam ter sido, trazem uma amostra da situação da cidade e da opinião pública naquele tempo:

14. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa; carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis; repartições e serviços públicos mal acomodados à falta de prédios; sem teatro, sem um passeio público, sem hospitais, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente, desprovida de toda defesa sanitária; necessitando de construir novos cemitérios, devido à irrevogável condenação dos atuais [...] (MUNIZ FREIRE, 1892 apud DERENZI, 1965, p. 168).

Muniz Freire chama a atenção sobre as péssimas condições construtivas da cidade e a ausência de serviços urbanos básicos para o funcionamento de qualquer cidade moderna. A cidade, segundo ele, não surge apenas como atrasada, mas nela nada é digno de orgulho. Em outro pronunciamento, o mesmo político escreveu sobre as necessidades mais urgentes para transformar o quadro da Capital e a visão de um futuro de progresso para a cidade:

Uma grande preocupação assalta a todos quantos se interessam pelo engrandecimento do Estado, e medem o alcance e a influência dos empreendimentos que se acham em viabilidade – é que a execução de todos eles concorrerá seguramente para fazer nossa Capital um empório comercial vastíssimo, e entretanto ela se acha completamente desaparelhada para sê-lo. Vitória está fatalmente destinada a ser uma grande cidade, e no entanto as suas condições topográficas não permitem que sem enormes despesas possamos adaptá-la a esse destino.

[...]

É preciso fazer quase tudo a um só tempo, não só para melhorar as condições da atual cidade como para estender as raízes de seu campo de desenvolvimento. Além de não termos até hoje regularmente organizado nenhum dos serviços necessários à vida de uma cidade populosa, o que é preciso fazer para a conquista de nova área urbana depende de grandes dispêndios; e por outro lado, o próprio porto, que entre os de segunda ordem é um dos principais da República, carece de ser grandemente melhorado para corresponder às exigências da importância que vai ter (MUNIZ FREIRE, 1894, p. 14-15).

Nesse sentido, a visão que se tinha de Vitória como cidade atrasada ou de privações, expressa nas palavras do presidente Muniz Freire e compartilhada pela classe dominante capixaba, exige uma compreensão que interprete o significado ideológico do processo de modernização da cidade.

E mais, a análise desse processo demanda uma investigação que articule o campo ideológico e o campo real. Isto é, que seja capaz de compreender o papel do discurso geográfico no movimento histórico da sociedade em sua expressão espacial (a produção material da cidade). Henri Lefebvre, pensando nessa perspectiva, esclarece o significado da produção do espaço da seguinte maneira:

Ela [a produção do espaço] supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala, a intervenção, igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações espaciais. Ideologias e representações correspondentes aos grupos e classes, portanto, às relações sociais de produção, ou seja, aos obstáculos diante das forças produtivas e das possibilidades que elas contêm (LEFEBVRE, 2008, p. 139).

Por essa razão, assumimos que o campo ideológico emerge do real, isto é, da trama de relações sociais que a realidade compreende. Mas emerge como instrumento de encobrimento dessa realidade. O caráter ideológico da modernização concentra-se não especificamente na constatação do atraso, mas, sobretudo, no papel de distorção da realidade e de disfarce dos interesses de grupos ou classes que se utilizam do discurso como ferramenta de ação política.

A modernização das cidades brasileiras, de acordo com Maurício Abreu (1997, 1998), representou um processo de desvalorização do passado, com sua concepção reduzida à visão de atraso, e à valorização do novo, entendido como moderno. Sendo assim, expressou a rejeição do passado das cidades sob a égide das ideologias modernizantes, que se difundiram no país principalmente a partir do início do século XX. O pensamento higienista, o planejamento urbano e as novas concepções de arquitetura, foram todos instrumentos de intervenção urbana, responsáveis pela política modernizadora das cidades.

Nesse sentido, eis o problema-chave de nossa investigação: quais foram os fundamentos ideológicos² que participaram do processo de modernização da cidade e qual o papel do discurso da cidade nesse processo? E quais efeitos a modernização assumiu na configuração do espaço urbano?

A hipótese preliminar, e que desenvolveremos melhor a seguir, é a de que o projeto de modernização de Vitória foi dominado pelos interesses ligados à instância mercantil-exportadora do capital. Essa fração do capital

16. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

alimentou-se do atraso para construção de um projeto de classe, orientado para a modernização via desenvolvimento comercial. A construção do discurso modernizador da cidade funcionou como elemento aglutinador dos interesses para justificar a reforma urbana. Tal discurso da cidade foi estruturado na perspectiva de modernização por meio da ruptura com o passado colonial da cidade, reduzido à concepção de atrasado.

O resultado dessa política modernizadora foi uma violenta reforma urbana, que não apenas reestruturou o traçado da cidade, mas desfigurou e destruiu sua arquitetura colonial, substituída por outra, mais adequada às aspirações da classe dominante, que, por sua vez, se inspirava na modernização europeia.

Na perspectiva de apreender os elementos mais essenciais e contraditórios do processo, o desenvolver da análise privilegiou a investigação por meio de sua dualidade entre o passado/velho (o atraso) e o moderno/novo (o progresso), expressos de diferentes formas na modernização da cidade: i) o espaço orgânico e o espaço planejado, e ii) a cidade colonial e a cidade moderna. Isso constituiu um interessante recurso investigativo no intuito de apresentar os aspectos mais fundamentais da modernização da cidade em relação a seu campo ideológico.

Todavia, a escolha por investigar a modernidade na construção de Vitória, por meio de suas dualidades internas, não se coaduna com as formulações de desenvolvimento das nações estabelecidas em hierarquias polarizadas, como nas noções de “centro” e de “periferia”. Mas, ao contrário, visa a apreender os aspectos contraditórios mais fundamentais contidos no processo de modernização da cidade, no qual se recriava sua própria negação.

Compreendidos esses questionamentos preliminares, iniciamos investigando o conjunto das transformações em Vitória, analisando os alicerces do projeto de modernização da cidade, que visou a dotá-la das condições de modernidade urbana. Assim, iniciaremos pela investigação dos fundamentos do processo modernizador alicerçado no atraso da cidade.

2. O atraso e o moderno: os fundamentos do discurso modernizador

Vitória, no início do século XX, como já mencionamos, era uma cidade pequena, cujas funções estavam quase reduzidas às de cunho administrativo de governo. Sobre a face da cidade, tinham destaque o edifício do governo e os das igrejas – expressões do poder político-burocrático e do poder religioso.

A ocupação da cidade restringia-se a uma área aproximada de 50 hectares, construída entre o afloramento granítico que domina a ilha e o seu canal sul (figura 1). Além da falta de sistema adequado de iluminação pública – até então a iluminação era à base de querosene –, a cidade não possuía sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Sintomático dessa situação, na rua do Reguinho (atual Graciano Neves), descia uma vala formada pelas águas do morro da Fonte Grande, que, ao se encontrarem com as do largo da Conceição³ (atual praça Costa Pereira), acumulavam-se formando uma área pantanosa, onde os dejetos carreados se amontoavam (ELTON, 1986). Inexistindo rede de esgoto, também relata o cronista, os dejetos de outra parte da cidade eram lançados pelos próprios moradores, em horários pré-determinados, nas valas do Campinho, na chamada rua da Vala⁴ (atual Av. República) e na maré (DERENZI, 1965).

A fisionomia da cidade era definida pelo padrão da arquitetura colonial construída dentro de uma configuração que guardava uma organicidade própria no seu traçado; este acompanhava a ordem do relevo, e sua configuração seguia o “padrão” das cidades traçadas a “pata de burro”, na forma de marcha de zigue-zague dos animais, como sugeriu Le Corbusier. Nesse emaranhado de ruas e vielas, as características dominantes do ambiente construído eram dadas pela justaposição e pela tortuosidade das ruas, estabelecendo uma estrutura marcada pela ausência de arranjo previamente definido.

18. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

Figura 1
CIDADE DE VITÓRIA – PLANTA GERAL, 1896



Fonte: Campos Júnior, 1996. Reproduzido da Planta Geral da cidade de Vitória de 1896, desenho de André Carloni, 1967, acervo do IPHAN.

Um casario modesto, cuja originalidade era conferida pela adaptabilidade de materiais e recursos técnicos, em contraposição aos requintados estilos de construir que já marcavam a paisagem da cidade do Rio de Janeiro no início do século, definia a fisionomia da cidade.

Mas quais razões explicam esse modesto e precário quadro de urbanização de Vitória?

A formação urbana, dentro das condições da economia agroexportadora, era fortemente influenciada pela dinâmica da região produtiva, segundo a qual o centro urbano desempenhava o papel de articular a produção colonial ao mercado internacional. A cidade era o reflexo dessa condição na organização da produção (OLIVEIRA, 1982).

No Espírito Santo, no final do século XIX, o café era a atividade produtiva mais importante. Todavia, grande parte do território capixaba ainda se encontrava tomada por matas, e mais importante, o espaço produtivo era totalmente desarticulado. Nessa estrutura produtiva, dominada pelos interesses do setor do comércio, que também drenava para fora do estado parte do excedente gerado, o poder de acumulação na esfera da produção também se mostrara insuficiente, dificultando inversões de capital no processo de urbanização⁵.

No caso de Vitória, localizada na região central do estado, a cidade concentrava a produção apenas de sua hinterlândia imediata. Nessa região a produção se desenvolveu condicionada ao trabalho familiar imigrante e à pequena propriedade e, em comparação com a região sul do estado, que se desenvolvera com base no trabalho escravo e na grande propriedade, correspondia a uma região produtiva de menor importância (CAMPOS JÚNIOR, 1996; SALETTO, 1996).

O comércio de café nessa região era constituído por um segmentado sistema de mercantilização, que ia desde o vendeiro local até as casas comerciais⁶ localizadas em Vitória, o que impunha limites aos produtores e facilitava a sua sujeição às instâncias do comércio. Assim, “o excedente concentrado em Vitória, apropriado por uma espoliativa estrutura de comercialização, não foi suficiente no seu montante nem encontrou condições adequadas para viabilizar inversões em atividades tipicamente urbanas” (MENDONÇA, 2017, p. 16).

As causas do quadro de Vitória eram atribuídas aos limites de acumulação na produção subordinada ao comércio, e a forma marginal de participação da cidade na economia regional, em virtude da fragmentação e da desarticulação do espaço produtivo capixaba, que impunha à cidade um importante isolamento comercial. Esta condição teve impacto sobre as estratégias de desenvolvimento do Espírito Santo e, conseqüentemente, sobre o discurso modernizador da cidade que alimentou essas políticas.

Ao acompanhar esse raciocínio, outra questão se faz necessária: em que bases se ergueu e se sustentou o discurso modernizador da cidade?

A perspectiva da política modernizadora partia da necessidade de integração comercial de Vitória ao restante do território capixaba e das regiões vizinhas. Era constituída, assim, pela ideia de modernização via desenvolvimento comercial. E isso estava totalmente relacionado aos interesses do capital mercantil-exportador que se desenvolvia em Vitória e que estruturava a classe dominante capixaba⁷.

Nesse sentido, o discurso modernizador da cidade orientava-se dentro de uma polaridade, no qual a visão modernizadora, ou seja, de progresso inspirado – mas também em contradição com o – no mundo europeu, era determinada pelo desenvolvimento da atividade comercial. O que estava sintetizado na intenção de transformar Vitória em uma grande praça comercial⁸. Para atender esse intento, a imigração europeia funcionaria como a força motriz impulsionadora das transformações. Em outro polo, a visão de atraso era determinada pelo passado colonial da cidade, expresso em seu traçado, sua arquitetura e na ausência de serviços urbanos e de edifícios notáveis. As palavras do presidente Muniz Freire são reveladoras do que estamos sugerindo:

Nós somos uma pequena província, atrasada, despovoada, cheia de preconceitos, sem amor próprio, pobre de estímulos e de forças [...]. Temos ligado até hoje o nosso futuro à realização de uma via férrea que os nossos homens de Estado ainda não tomaram a sério por se tratar talvez de um assunto de pequena província do Espírito Santo [...].

Mas não é exato, senhores, que o progresso da província do Espírito Santo dependa exclusivamente da execução dessa estrada; e direi mais, com toda a franqueza e lealdade, que *nós poderemos vir a ser uma província importante, comercial e*

adiantada, tendo uma praça como a de Santos, municípios como os mais florescentes de São Paulo ou de Minas, antes e independentemente da construção de qualquer linha férrea para Minas. A estrada de ferro seria incontestavelmente o meio mais fácil, e eu me daria os parabéns, como espírito-santense, se pudesse ver amanhã o território desta pequena pátria cortado de trilhos e coberto de minas de trabalho e de prosperidade [...] há todavia uma coisa que ela (a Europa) nos pode dar, que nós devemos pedir-lhe com instância dos seus filhos, que como lanterna de mineiro virá iluminar nos esconderijos dessa terra bem fadada os grandes veios auríferos da imensa opulência desta natureza fecunda e amiga (MUNIZ FREIRE, 1886 apud SANTOS, 2012, p. 184-185) (grifo nosso).

Portanto, o discurso modernizador emergiu da representação material de atraso, mas apresenta-se como uma força catalizadora para sua superação. Algo que produziu uma consciência sociopolítica entre a classe dominante capixaba, que visualizou no desenvolvimento mercantil-exportador a alternativa de sua integração ao processo de modernização do país, que naturalmente também guardava distorções em relação à modernização vivida nos países do chamado capitalismo tradicional. E isso teve um rebatimento sobre o espaço urbano, no sentido de preparar a cidade para o crescimento programado e permitir a modernização ensejada pela elite capixaba.

3. O orgânico e o planejado: as transformações da configuração urbana de Vitória

Vitória, embora desde os primórdios da colonização desempenhasse a função de centro político-administrativo da capitania⁹, permaneceu sem ligação pelo continente com as vilas e cidades que pontilhavam a costa do Espírito Santo até o final do século XIX. E, mesmo tendo alcançado certo grau de importância comercial através da produção em sua vizinhança, sua passagem pela economia açucareira não lhe rendeu um espaço construído que indicasse na fisionomia e nas condições urbanas o desenvolvimento característico de um espaço produtivo que lhe fosse tributário e integrado com a economia internacional (ARAÚJO FILHO, 1974).

A Vitória colonial foi construída sobre um estreito conjunto de pequenas colinas rochosas. Seu crescimento tinha como obstáculo natural

22. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

para o interior da ilha o grande afloramento granítico que a domina; no sentido oposto, a cidade limitava com o canal que funcionava como porto da cidade. Nas direções leste e oeste a cidade terminava em áreas pantanosas sob a influência das marés (referimo-nos à área que deu origem ao aterro do Campinho e ao braço de mar que penetrava a ilha até o largo da Conceição) (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

A cidade, no final do século XIX, resumia-se a um conjunto de construções desalinhadas. Nessa época ainda não existiam estradas que ligassem a cidade à área de praias; uma ponte de madeira, construída em 1801, atravessando o Canal da Passagem, permitia a ligação com o continente pelo norte da ilha. A ocupação em Vitória restringia-se à parte elevada formada por uma espécie de platô, constituindo a chamada Cidade Alta (DERENZI, 1965, 2002).

A acumulação na economia regional integrada a Vitória, ao se refletir na paisagem da cidade, condicionava seu quadro de urbanização, que, marcado por suas pequenas dimensões, além da fisionomia distinta da cidade, quase não possuía infraestrutura urbana, mesmo para o usufruto das famílias abastadas. Não existia, até então, sistema de abastecimento de água e rede de esgoto, sendo seu fornecimento realizado por chafarizes distribuídos pela cidade¹⁰ (ELTON, 1986).

As informações disponíveis indicam que o primeiro sistema de iluminação pública de Vitória, instalado em 1847, era abastecido a azeite de peixe e mamona. Em 1879 se instalou o sistema de iluminação a gás, que substituiu a iluminação a querosene, instalada no ano de 1865. Entretanto, no ano de 1893, mediante a interrupção do fornecimento a gás, a iluminação a querosene é novamente retomada, com a instalação de 150 lâmpadas belgas (DERENZI, 1965; ELTON, 1986).

Vitória era o reflexo da dinâmica da economia regional integrada à cidade, marcada pela falta de dinamismo. Assim, o espaço construído era de uma cidade de pequenas dimensões. Em sua arquitetura predominava o desenho colonial, sendo o palácio do governo (antigo colégio dos Jesuítas) e os edifícios religiosos (como o convento de São Francisco) uns dos poucos exemplos de destaque e uso de técnica construtiva. Como o comércio não era desenvolvido, não havia grandes casas comerciais. Assim também não existiam construções residenciais luxuosas, que indicassem a presença de

grandes fortunas na sociedade local. Na configuração do espaço urbano imperava a organicidade e a tortuosidade das ruas e vielas, originadas da época da colonização.

Seguindo o raciocínio que temos percorrido, questiona-se: quais foram as medidas para modernizar a cidade seguindo os interesses econômicos dominantes?

Já mostramos que os interesses ligados ao capital mercantil-exportador eram dominantes no Espírito Santo, inclusive fazendo-se presentes no aparelho de governo. Muniz Freire, primeiro presidente de Estado a se estabilizar no poder, era grande ideólogo dos interesses dessa fração de classe¹¹. Dessa forma, era natural pensar que os interesses ligados ao capital mercantil-exportador prevalecessem na política estadual.

Por isso, o aparelho de governo orientou sua política para fomentar o desenvolvimento das funções comerciais da cidade, afim de transformar Vitória numa praça comercial de expressão nacional. Além da construção do sistema ferroviário e da política imigratória que compunham o projeto, cabia preparar a Capital para o crescimento programado.

Agindo nesse intento, o primeiro governo Muniz Freire (1892-1896) criou o projeto Novo Arrabalde, prevendo a ocupação da área situada a leste da ilha. Tal projeto, quando concluído, sextuplicaria o tamanho da cidade. Realizado por Saturnino de Brito, o projeto constituiu uma das expressões do modernismo urbano, surgido na Europa setecentista¹², e embebido na racionalidade positivista do traçado em tabuleiro de xadrez com o grande uso das longas retas; e, mesmo contendo uma preocupação “artística” no traçado regular do plano, com a valorização na paisagem dos acidentes geográficos, o projeto é um exemplo formidável do pensamento positivista aplicado à cidade¹³.

Além de o traçado do plano exprimir toda a racionalidade do planejamento urbano segundo os preceitos do positivismo, traduzindo grande preocupação com o dessecamento da área, o projeto externa o ideário filosófico positivista até mesmo na nomeação das avenidas:

[...] A avenida Norte-Sul tira o seu nome do fato de seguir, com pequena inclinação, o meridiano e pode concretizar, para esta sociedade, os sentimentos pela fraternidade da comunhão brasileira. A avenida da base, – composta efetivamente de duas secções. Ordem-Progresso, – é um justo preito ao lema da Política Pombal. A avenida Ocidental lembrará aqueles que procuram cultivar mais e mais as inclinações

24. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

altruísticas, que ao Ocidente nos prendemos, a ele tudo devemos e dele esperamos a solução para a crise final por que passa a Humanidade. Finalmente, a avenida da Penha, orientada no rumo da extraordinária Capela, é uma justa homenagem à história religiosa desta terra [...] (BRITO, 1896, p. 23-24).

Assim, o projeto exprimia todo o pensamento modernizador de inspiração europeia. Do outro lado, isto é, na outra polaridade da visão modernizadora da cidade, restava ao centro da Capital a visão de velho, de colonial e de atrasado. Por isso, o centro da cidade foi alvo de violentas intervenções, que só não foram maiores devido à capacidade econômica limitada do estado de fazê-las, mas mesmo assim providenciaram sensíveis mudanças na configuração urbana originada do período colonial.

O governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), considerando inviável a execução do projeto Novo Arrabalde naquele momento, voltou suas atenções para o antigo núcleo da cidade. Agiu na conclusão dos trabalhos de aterramento do antigo manguezal do Campinho¹⁴, urbanizando a área, concluída em 1909 e transformada na Vila Moscoso¹⁵. Criou o serviço de abastecimento de água, rede de esgoto e energia elétrica da cidade, providenciando a eletrificação do serviço de bondes (anteriormente o serviço de bondes era a tração animal), que foi expandido até aos arrabaldes de Santo Antônio e Suá, e, ainda, executou a reforma e ampliação do hospital da Santa Casa¹⁶.

Esse governo marcou, de maneira mais saliente, o início da transformação da configuração urbana de Vitória, por meio da abertura de avenidas e correção do traçado de ruas. Mas essa política também favoreceu interesses ligados à valorização da propriedade imobiliária, responsável pela formação de espaços segregados na cidade (até então pobres e ricos viviam próximos e conviviam nos mesmos espaços), a exemplo da Vila Moscoso, que foi um bairro projetado e dotado das melhores condições de infraestrutura e abrigou as habitações mais suntuosas, em detrimento de outros espaços periféricos, como os casos específicos dos bairros Vila Rubim (antiga “Cidade de Palha”) e Santo Antônio.

O serviço de abastecimento de água e o de iluminação elétrica foram inaugurados em 25 de setembro de 1909. Contudo, não contemplaram o bairro operário da Vila Rubim, onde o governo se restringiu à instalação de “focos elétricos” e construção de chafarizes¹⁷.

Sobre as inovações do governo J. Monteiro para a urbanização da cidade, Luiz S. Derenzi¹⁸ a elas assim se referiu:

Vitória tornou-se cidade habitável, quanto às condições sanitárias, e em pé de igualdade com as melhores capitais brasileiras. Água pura e abundante, serviço regular de limpeza pública, hospital moderno, isolamento discreto para doentes contagiantes, polícia domiciliária, laboratório de análise, ruas feericamente iluminadas, deram fama à cidade, que, anos após anos, ganharia o apelido de Cidade-Presépio [...] (DERENZI, 1965, p. 163).

Todavia, em consequência dos desequilíbrios das finanças do governo, dependentes do mercado mundial de café, as obras sofreram desaceleração nos governos seguintes. Posteriormente, somente no governo Florentino Avidos (1924-1928) foram realizadas, novamente, grandes intervenções na malha urbana da cidade.

Em 1922 foram criados os Serviços Reunidos de Vitória, com a função de coordenar os trabalhos de melhoramento da cidade¹⁹. A chefia do departamento foi entregue ao engenheiro Florentino Avidos, que anos mais tarde assumiu a presidência do estado. O relatório do presidente Florentino Avidos (1924-1928) ilustra a situação da cidade no início da sua gestão:

Ruas apertadas, ladeadas de velhos prédios, ameaçando desabamento, calçados em geral com alvenaria de pedras secas, roliças, sem drenagem, com serviços de água e esgotos, defeituosos em grande parte, com frequentes interrupções, quase todos precisando de completa reforma; eis a situação encontrada. Salvo algumas ruas do bairro do Parque Moscoso, em toda a cidade havia falta de calçamento e de drenagem de águas pluviais.

Ruas, como a Sete de Setembro, eram completamente alagadas com qualquer aguaceiro, pondo em sobressalto os moradores. Não havia calçamento de espécie alguma para os bairros próximos e nem como se expandir a cidade pela falta de estradas de rodagem.

A viação era embaraçada pela estreiteza das ruas principais, que, não permitindo linha dupla, de bondes, obrigava os passageiros à penosa demora nos cruzamentos. Este mal, se bem que ainda não corrigido completamente, se acha muito diminuído.

Por outro lado, era de zigue-zague o serviço de bondes por falta de espaço para fazer curva. Mister se tornava que a nossa cidade proporcionasse certo conforto, para que as fortunas aqui adquiridas fossem desfrutadas por seus possuidores, sem necessidade de buscar em outras localidades a desejada comodidade (AVIDOS, 1928, p. 273-274).

26. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

No governo Florentino Avidos executaram-se as obras mais importantes de infraestrutura urbana, com a retomada dos trabalhos de construção do porto (paralisadas desde 1914, devido à crise gerada pela Primeira Guerra) e com a construção da ponte Florentino Avidos, ligando Vitória a Vila Velha.

Em abril de 1925 iniciaram-se os trabalhos da principal intervenção no traçado da cidade, através da abertura da Av. Capixaba, que, constituindo uma extensão da Av. Jerônimo Monteiro, foi ligada à chamada Estrada à Praia Comprida (atual Av. Vitória). A Av. Jerônimo Monteiro, pensada para constituir o espaço privilegiado de espelhamento do progresso da cidade, à semelhança do que houve em outras nações do mundo subdesenvolvido, serviu como “[...] vitrine das maravilhas da nova economia de consumo que a moderna produção em massa começava por tornar acessíveis” (BERMAN, 1986, p. 187).

O conjunto das obras do governo Avidos ofereceu à cidade uma nova configuração²⁰. Luiz S. Derenzi, em seus escritos sobre Vitória, comentou a transformação do espaço físico da cidade:

A morfologia da cidade foi alterada radicalmente: retificação, alargamento e abertura de novas ruas. Drenagem, pavimentação, reforço do abastecimento de água, redes de esgotos. Números residenciais. Edifícios públicos. Cais do porto. Ponte sobre a baía. Iluminação em combustores custosos, passeios de ladrilhos, jardins e monumentos. Estradas suburbanas, escadarias monumentais, viaduto e um cheiro limpo de tinta fresca e cimento fundido (DERENZI, 1965, p. 216).

As intervenções incluíram ainda demolição de prédios para abertura e alargamento de ruas ou mesmo para eliminação de ambientes considerados infecciosos e a construção do viaduto Caramuru e de escadarias²¹ ligando a parte baixa da cidade à cidade alta.

Em virtude dessas modificações a configuração do antigo núcleo urbano, originado do período colonial, sofreu sensíveis alterações. Se, por um lado, não se observou a total destruição do antigo traçado da cidade, por outro, abriram-se na trançada malha urbana novas avenidas, largas e retilíneas, ligando os extremos da cidade que se estendia.

A construção da Vila Moscoso e o projeto Novo Arrabalde constituíram os espaços privilegiados dessa política, no que o desenho da malha urbana seguiu o traçado xadrez cruzado por vias diagonais, em detrimento do traçado orgânico da cidade colonial. Pensadas segundo os princípios de fluidez

e ortogonalidade, as intervenções visaram a promover o crescimento da cidade e favorecer a concentração de capitais, seguindo o interesse de transformar Vitória em um grande empório comercial. Por outro lado, as obras de infraestrutura e as de serviços urbanos, que, como vimos, privilegiaram os espaços mais abastados, visavam a criar um ambiente urbano privilegiado para a vida da classe dominante local.

Todas essas intervenções encontravam amparo na racionalidade do pensamento positivista em voga na época. A reestruturação do traçado urbano com o objetivo de abandonar a herança do desenho colonial atendia o gosto da classe dominante local, que se espelhava nas grandes reformas dos centros do velho mundo para construção de uma nova cidade²². Romper com o passado colonial, sinônimo de atraso para o grupo no poder, significou um modo de ingressar no mundo europeu-moderno.

4. O colonial e o moderno: arquitetura e atraso no embelezamento de Vitória

De todos os aspectos da modernização da cidade que analisamos, a destruição ou a desfiguração da arquitetura histórica colonial talvez tenha sido o fato mais injustificável, por apagar do espaço séculos de história. A modernização, calcada no progresso segundo os preceitos do capitalismo ocidental, se expressou quase somente nos aspectos estéticos da cidade, por isso a consideramos epidérmica e de fantasias.

Nesse sentido, quais foram os efeitos da modernização sobre a configuração da arquitetura da cidade? E que pensamento há por trás das ações de modernização de Vitória?

As características da fisionomia da cidade, no final do século XIX, eram conferidas pelo domínio arquitetônico dos sobrados e edifícios religiosos herdados do período colonial. Adequando-se às condições técnicas construtivas presentes na época, o conjunto edificado definia-se pela simplicidade da configuração das fachadas.

Sobre o aspecto da fisionomia da cidade, assim Luiz S. Derenzi a ela se referiu:

28. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

Os colonos portugueses, no Espírito Santo, não conheceram conforto doméstico e muito menos o coletivo, por isso, não souberam construir cidades: Vila Velha, Vitória, Nova Almeida, Guarapari e Anchieta, [...] atestam, insofismavelmente, o mau gosto arquitetônico e a ignorância absoluta das regras mais elementares de construir. Foram pobres demais e ignorantes em grau superlativo.

Pelo meado do século XVIII, o número de sobrados em Vitória é avultado. Todos invariavelmente toscos, inexpressivos e desproporcionais.

As janelas, mal vazadas, temiam a entrada de luz e ar. As sedes das sesmarias afinavam no mesmo diapasão de desconforto e mau gosto. É de se lamentar, pois a arquitetura colonial, nascida do barroco, larga e sombria, que se adaptou no ambiente americano, tem requinte de grandeza. [...]. Não nos transmitiram, os portugueses, nenhum monumento ou edifício que possa atestar-lhes o indiscutível penhor pelas artes, manifestado com tanto engenho na metrópole.

[...]

Vitória foi tipicamente cidade colonial portuguesa. Os arruamentos, a apresentação arquitetônica, as proporções de seus sobrados fugiam aos princípios rudimentares da arte de construir. Os homens do “risco”, arquitetos, construtores improvisados, eram sensaborões, ignoravam por completo a arte de viver. [...]. Como moravam mal os capixabas, como se submetiam pacificamente aos azimutes descritos pelas mulas em suas caminhadas obrigatórias! A geometria só apareceu com a República [...] (DERENZI, 1965, p. 91, 137).

As palavras de Luiz S. Derenzi, embora nos permitam conhecer um pouco mais sobre a Vitória do passado, com seus problemas e deficiências, é verdade, expressam claramente o pensamento em voga na época. O gosto pelo que vinha de fora aniquilava qualquer valorização dos padrões arquitetônicos do período colonial, dada a visão de que o ingresso no mundo modernizado exigia a superação desse quadro.

Assim sendo, o ambiente construído da cidade (a arquitetura e a configuração da cidade e a condição existente de infraestrutura urbana) naquele tempo representou, de acordo com a mentalidade da classe dominante, a dimensão de atraso da sociedade capixaba em relação aos grandes centros do país e principalmente do exterior. Daí a modernização da cidade mediante o rompimento com seu passado colonial (visto como velho e arcaico) ter sido traduzida como uma forma de ingressar no mundo

moderno. As palavras de Jerônimo Monteiro refletem justamente esse aspecto ideológico da política urbana:

Ao iniciar o meu governo, depois de ponderado estudo sobre as necessidades a prover no nosso Estado, reconheci que devia antes de quaisquer outras me ocupar da que se referia aos melhoramentos da nossa Capital, que encontrei em condições de muita inferioridade em relação aos centros populosos que têm a função de constituir o foco de civilização de um povo.

E continua J. Monteiro, referindo-se a Vitória:

Cidade mal construída, de ruas estreitas, sem alinhamento, com edifícios de feição e arquitetura antiga e colonial, espalhados desordenadamente, segundo os acidentes do terreno, estava desprovida de um regular serviço de limpeza e de higiene públicas, de água e de esgotos. A iluminação era deficientíssima, mesmo esta só em noites em que não havia luar, o hospital estava quase em ruínas, o cemitério era de área deficiente.

Era, enfim, uma cidade absolutamente despida das mais rudimentares e das mais essenciais condições de higiene e de conforto (MONTEIRO, 1913, p. 203).

Nessa época era comum a tentativa de recriação da modernidade através da construção de palacetes. A Vila Oscarina, residência do comerciante Antenor Guimarães, na Vila Moscoso, foi totalmente construída com emprego de materiais importados. A mão de obra, incluindo a dos pintores, foi contratada fora do país, proveniente da Itália. Essa habitação representou um novo modo de construir e de morar na cidade. Ao contrário das residências anteriores, que eram sobrados geminados e com fachadas paralelas ao leito das ruas, essa foi edificada com afastamento nas laterais, possuía telhado de telhas marselhesas recortado e decorado por pequenas ornamentações, muros e varanda em gradis desenhados, tendo a varanda decorada com pinturas de paisagens (MENDONÇA, 2014).

Outro exemplar desse tipo de construção foi a residência da família Neffa²³. O chamado Castelinho da Capixaba teve sua construção iniciada em 1927 e foi concluído somente cerca de oito anos após seu início. O projeto era do arquiteto francês Joseph Gire, o mesmo desenhista do Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro. A habitação, construída no topo de uma colina, era um dos destaques da paisagem da cidade pelo

30. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

requite de sua arquitetura, imitando as formas de um castelo medieval (MEIRELLES et al., 2013).

Anteriormente as diferenças entre as edificações da cidade eram fundamentalmente conferidas por seu tamanho. Agora a técnica construtiva passa a diferenciar o espaço construído e reflete na ornamentação a riqueza social proveniente do comércio. Trata-se de buscar o novo, mas um novo que supere o padrão arquitetônico colonial, marcado pela simplicidade das formas. Daí a valorização do ecletismo dos estilos e suntuosidade das construções.

O aspecto requintado das construções rompia com a feição colonial da cidade, dominante na paisagem urbana. A transformação da fisionomia das construções fazia parte do projeto da elite capixaba de, por meio do abandono dos traços coloniais dos edifícios, superar o passado de atraso, sinônimo de sua situação subalterna no cenário nacional²⁴.

A elite capixaba, na situação de subalterna, buscou na modificação da configuração arquitetônica, a partir da recriação descontextualizada da arquitetura tradicional europeia, o mecanismo de ruptura com o passado colonial e, assim, de inserção no processo modernizante do país.

Contudo, nesse momento eram poucas as pessoas da sociedade que possuíam condições econômicas de investir grande soma de recursos na construção de suntuosos palacetes. Coube, assim, à iniciativa do Estado responder às exigências dos interesses dominantes por transformações que simulassem a modernização da sociedade. Dessa maneira, a modernização seria concebida essencialmente pelas mãos do Estado como instância de ação dos grupos dominantes.

A atuação do Estado, nesse intento, atingiu os templos religiosos. Em 1911, com a venda da igreja de São Tiago (por 60:000\$000 – sessenta contos de réis) para o Estado, numa transação entre os irmãos Jerônimo Monteiro e o bispo Dom Fernando Monteiro, foi extinta a igreja originada do século XVI para reformar e ampliar a sede do governo (atual Palácio Anchieta), que, desde a expulsão dos jesuítas – quando houve a incorporação do patrimônio jesuítico à Coroa portuguesa –, funcionava na antiga escola de São Tiago, anexa à igreja (DERENZI, 1965).

Jerônimo Monteiro entregou a reconstrução do Palácio Anchieta ao engenheiro francês Justin Norbert. A completa reforma do edifício do

Colégio dos Jesuítas, acompanhada da demolição do edifício da igreja, serviu para dotar o edifício do governo de uma nova fisionomia, ajustada ao programa de reconstrução da cidade segundo os preceitos de modernização. Neste sentido, é fácil observar como a reconstrução do edifício soterrou e desfigurou a arquitetura colonial jesuítica e externou, através de uma indefinida arquitetura neoclássica, o desejoso esplendor dos palácios do renascimento europeu.

É muito emblemático que outros edifícios tenham sido erguidos sobre antigos templos religiosos²⁵, que seguiam e exprimiam os traços característicos da arquitetura colonial. A igreja da Conceição da Prainha desapareceu em 1896 para dar lugar ao alargamento da praça Costa Pereira. O edifício da Assembleia Legislativa, Palácio Domingos Martins²⁶, foi erguido no terreno da antiga igreja da Misericórdia (1605), demolida em abril de 1911. O teatro Melpômene foi construído no terreno onde existia a capela de Nossa Senhora da Conceição, durante o governo Muniz Freire. Já a catedral metropolitana sucedeu a singela igreja matriz (séc. XVI), demolida pelo prefeito Henrique de Novaes para construção da catedral com arquitetura de inspiração neogótica (DERENZI, 1965).

Sendo assim, a transformação da fisionomia da cidade significou uma maneira de a elite local ingressar (à sua maneira) no processo modernizante do país. Sobre esse aspecto da modernização das cidades, Paulo C. Xavier Pereira comenta:

Os códigos da burguesia estabeleciam a relação entre arquiteturas e vida urbana, afirmando a representação material do poder econômico, em que a estética da moradia se tornou um dos elementos básicos da cultura burguesa fundada na ostentação do luxo suntuoso e do falso. Por meio do luxo, do falso e do despersonalizado, o copismo dos modelos históricos da arquitetura europeia tomou vulto (PEREIRA, 2004, p. 49).

Conclui-se de tudo isso que o projeto de europeização da cidade, a partir da edificação de palacetes e da construção de edifícios comerciais e públicos, objetivou romper com os traços coloniais expressos na arquitetura da cidade. Visava-se, por meio do embelezamento da cidade, a conferir ares de modernidade à sociedade capixaba, que não se modernizava completamente.

32. GeoTextos, vol. 15 n. 1, julho 2019. M. Mendonça, C. Júnior. 13-39

5. Considerações finais

Vimos que o quadro de urbanização de Vitória era conferido pelo papel da cidade na dinâmica da economia regional, que funcionou com limitados recursos para promover essa urbanização. Observamos ainda que o desenvolvimento comercial reuniu os interesses no processo de modernização da cidade. Essa modernização exprimiu uma dualidade entre o moderno/novo (o progresso) e o passado/velho (o atraso), que se refletiu na reconfiguração do espaço urbano (no traçado urbano, na arquitetura e na infraestrutura), através de diversas intervenções urbanas que visaram a romper com o passado da cidade.

Os modos pelos quais vimos a produção da modernidade em Vitória, sugere-se, esboçam a modernidade do atraso, definida por uma modernização fantasiosa e epidérmica executada por uma classe em detrimento do interesse em comum, assim, por uma modernização que não permitiu o alargamento dos direitos de uso da cidade. Ao contrário, sem interferir no processo de valorização da propriedade imobiliária, não só reproduziu como também ampliou a desigualdade social, neste caso, criada no próprio processo de construção da cidade. Ela foi marcada, por isso, pelo copismo da arquitetura tradicional europeia e de tudo o que fosse considerado moderno do ponto de vista do pensamento conservador.

A conclusão a que chegamos é que a condição de atraso foi instrumentalizada para a ação política, e o discurso produziu uma imagem atrasada da cidade. Essa imagem justificou as intervenções urbanas, legitimando até mesmo a dessacralização de espaços religiosos em favor da produção de uma “nova” cidade, mais compatível com o projeto da classe dominante capixaba. Enquanto modernização epidérmica, a transformação da cidade se manifestou substancialmente na fisionomia dos edifícios e na configuração urbana.

O novo espaço produzido foi marcado pela recriação copiosa do exógeno a partir do pensamento de uma elite que almejava sua afirmação. O gosto pelo eclético e por um modelo descontextualizado, ao se refletir no ambiente construído, transferia para o espaço urbano novos códigos do poder, agora ligados aos interesses mercantil-exportadores.

A reconstrução da cidade se sustentou na doutrina definida pelo esforço de romper sua fisionomia colonial. Através da recriação do falso e do luxuoso, a elite capixaba buscava superar sua condição subalterna. O revestimento ideológico da modernização da cidade tinha como sustentáculo do projeto o ideal de superação do atraso por meio da transformação do ambiente construído, rompendo com o passado e criando o “novo” enquanto simulacro da modernização, pelo qual, na dialética do processo, o velho coexistia com o moderno.

Essa modernidade como ilusão urbanística, contudo, possui algo de concreto e que tende a ser deslocado do campo sensível pelo discurso da cidade. Refere-se isso ao favorecimento de interesses ligados à valorização de atividades econômicas mercantis-exportadoras, bem como, da propriedade imobiliária²⁷. O discurso atuou, assim, como instrumento viabilizador da acumulação por meio da construção da cidade, através da produção de obras necessárias à reprodução do capital e do trabalho (vias de circulação, porto, iluminação elétrica, saneamento, moradias e demais equipamentos urbanos), produzindo e transformando o espaço numa mercadoria que teria a perspectiva de valorizar-se por intermédio do desenvolvimento da cidade.

Desse modo, a metamorfose da cidade manifestou a substituição dos velhos códigos e símbolos das formas de poder anteriores por outros inerentes às mudanças pelas quais o poder econômico passava. O que se verifica é a materialização de um novo poder que preservava interesses pretéritos e tinha na cidade seu lócus de maturidade.

Notas

- ¹ Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, apenas em 1854 ocorreu o início do serviço de iluminação a gás no centro, por iniciativa de Mauá, e somente em 1862 passou a possuir o serviço de esgotos sanitários (ABREU, 2013).
- ² Importa frisar que em trabalhos anteriores analisamos os interesses econômicos presentes na modernização de Vitória quanto à criação de novas alternativas de valorização do capital na construção da cidade (Cf. CAMPOS JÚNIOR, 1996; MENDONÇA, 2014, 2017). Neste artigo nos detivemos a estudar os interesses econômicos estratégicos referentes ao desenvolvimento do capital mercantil-exportador.
- ³ O largo da Conceição ficou formado com o aterro do braço de mar que penetrava a cidade até a altura da rua da Várzea (atual Sete de Setembro) (ELTON, 1986).

- 4 A abertura da Av. República, após a conclusão dos trabalhos de aterro do Campinho, seguiu o mesmo trajeto dessa rua (ELTON, 1986).
- 5 Não é possível neste texto tratar minuciosamente dos aspectos de formação do espaço produtivo capixaba que explicam sua desarticulação, o domínio e o efeito do capital mercantil-exportador sobre a produção e as causas do baixo poder de acumulação. Para uma revisão desses elementos essenciais à compreensão da formação do espaço econômico capixaba e seu efeito sobre a cidade de Vitória, confira Campos Júnior (1996, 2002) e Mendonça (2014, 2017).
- 6 Importa observar que as firmas de comércio de café localizadas em Vitória, até o final do século XIX, se não eram estrangeiras, tinham sua sede fora do estado, no porto de Santos e no Rio de Janeiro (CAMPOS JÚNIOR, 1996).
- 7 Para uma revisão detalhada da formação da classe dominante capixaba e sua orientação para o desenvolvimento da atividade comercial concentrada em Vitória, confira Mendonça (2014, capítulo 2 – “A face do poder: o comércio como alternativa de modernização”).
- 8 Foi em resposta a esse interesse que foram construídos os dois ramais ferroviários no estado. No caso, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, ligando Vitória com a região sul, então região com maior produção de café, e a Estrada Vitória a Minas, que ligou Vitória com a capital mineira, no interesse de convergir a produção dessa região para Vitória (Cf. BITTENCOURT, 1987; QUINTÃO, 2008).
- 9 A sede do governo da capitania foi transferida de Vila Velha para Vitória por volta de 1550 (OLIVEIRA, 2008).
- 10 Os registros apontam a existência de ao menos quatro chafarizes: o da Fonte Grande (séc. XVIII), o da Capichaba (1828, único preservado), o da Lapa (séc. XVIII) e o de São Francisco. Suas águas vinham das encostas do morro da Fonte Grande. Além do convento de São Francisco, que desde 1639 recebia água através de um aqueduto que a captava do morro da Fonte Grande, a fábrica de cerveja Serrat e Schmidt, construída em 1884, eram os únicos prédios que dispunham de água encanada (DERENZI, 1965; CAUS, 2012).
- 11 Para uma revisão detalhada da estruturação do poder no Espírito Santo o leitor pode ver o interessante trabalho de Marta Zorzal e Silva (1995, Cap. 1 – “Interesses constituídos e direção política: da Primeira República ao Estado Novo”) e, de forma complementar, Marcos C. Mendonça (2014, Cap. 2 – “A face do poder: o comércio como alternativa de modernização”).
- 12 Um importante exemplo da influência do modernismo urbano europeu em outras nações, fora do chamado capitalismo tradicional, se deu pela construção de São Petersburgo, iniciada por Pedro I no ano de 1703. São Petersburgo, com seu desenho marcado pelo traço geométrico e retilíneo, foi concebida pelo padrão do planejamento urbano ocidental estabelecido desde a Renascença. Posteriormente, nela também se impôs o padrão ocidental das fachadas dos prédios, reforçando o papel da então Capital do Império Russo como uma janela para o Ocidente. A reconstrução da Av. Nevski, no início do século XIX, sob a influência de arquitetos neoclássicos, compôs outro momento de europeização dessa cidade (BERMAN, 1986).
- 13 Para maiores detalhes do traçado do projeto do Novo Arrabalde, ver Saturnino de Brito (1896) e Eneida Mendonça et al. (2009).
- 14 Os trabalhos de aterramento da área iniciaram-se em 1882, e em 1888 estavam praticamente concluídos. Para a formação do aterro foi utilizado o material do desmonte do morro do hospital da Santa Casa (CAMPOS JÚNIOR, 2002).
- 15 Esse bairro compreende uma área que se estende do novo quartel de polícia reconstruído por J. Monteiro até a Av. Florentino Avidos, compreendendo logradouros como a Av. República, a rua Vinte e Três de Maio, a rua Misael Pena, a Av. Cleto Nunes, e a rua P. José de Anchieta.
- 16 Espírito Santo. Presidente Jerônimo Monteiro. Mensagens... 1908-1911.
- 17 Espírito Santo. Presidente Jerônimo Monteiro. Mensagens... 1908-1911.

- ¹⁸ Luiz Serafim Derenzi foi escritor de alguns livros sobre Vitória. Sua contribuição é importante por ter vivenciado essas transformações da cidade nas primeiras décadas do século XX, embora sua opinião, muitas vezes, não deixe de exprimir o discurso da classe dominante local.
- ¹⁹ Os Serviços de Melhoramento da Cidade compreendiam a expansão e o remodelamento da malha urbana (criação de novos bairros, alargamento, retificação e abertura de novas ruas), melhoramento e expansão dos serviços urbanos (água, esgoto, energia elétrica e transporte urbano) e obras de embelezamento da cidade (praças, jardins e edifícios públicos) (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Presidente Florentino Avidos. Mensagens... 1924 a 1928).
- ²⁰ Dentre as intervenções mais significativas no traçado da cidade do governo Florentino Avidos, incluem-se: abertura da Av. Capixaba em conjunto com o alargamento da Av. J. Monteiro (nesse processo foram extintas a rua Cristóvão Colombo, a praça Marechal Floriano e parte da rua do Oriente), prolongamento e retificação da rua Sete de Setembro, construção da praça Costa Pereira e João Clímaco, remodelação do sistema de bondes elétricos e expansão do abastecimento de água e esgoto (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Presidente Florentino Avidos. Mensagem... 1926, 1928).
- ²¹ Trata-se das escadarias Maria Ortiz (antiga ladeira do Pelourinho) e Cleto Nunes, incluindo ainda as ladeiras de São Francisco e Pernambuco (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Presidente Florentino Avidos. Mensagem... 1928).
- ²² Muniz Freire, por exemplo, foi um grande admirador das obras de engenharia dos Países Baixos, que, conquistando terras ao mar, superavam os empecilhos naturais para expansão da ocupação. Muniz Freire, com certeza, se inspirava nesses fatos, argumentando que a sociedade capixaba, especialmente os vitorienses, deveria trilhar o mesmo caminho. Cf. Discurso de inauguração do primeiro trecho da E. F. Sul do Espírito Santo, em 13 de julho de 1895 (SANTOS, 2013, p. 201-209).
- ²³ Família de origem libanesa, que veio do Rio Grande do Sul para Vitória no ano de 1908 (Cf. SANTOS, 2011).
- ²⁴ Daí o governo municipal instituir premiações a edificações de destaque segundo os preceitos estabelecidos de higiene e estética na época (ROSTOLDO, 2008).
- ²⁵ Sobre os efeitos da modernização de outros edifícios religiosos históricos em Vitória, conferir Mendonça (2014, Cap. 3 – “O discurso da cidade: ideologia do atraso e produção do moderno”).
- ²⁶ O projeto é do construtor André Carloni. Para construção do edifício, fronteiro à praça João Clímaco, o construtor aproveitou algumas paredes e os alicerces da antiga igreja (estrutura de aproximadamente um metro de espessura), construindo o edifício sobre essa base (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009).
- ²⁷ Sobre o conjunto de interesses de acumulação que estavam presentes na construção de Vitória no início do século XX, conferir Campos Júnior (1996), Mendonça (2014, 2017) e Alves (2015).

Referências

- ABREU, M. A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, J. B; COSTA, M. C. L; DANTAS, E. W. (Org.). **A cidade e o urbano**. Fortaleza, EUFC. 1997. Capítulo 1, p. 27-52.
- _____. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.

_____. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. 155p.

ALVES, V. M. S. **A produção do espaço urbano de Vitória-ES pela construção imobiliária entre o final do século XIX e meados do século XX**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 23 de out. de 2015.

ARAÚJO FILHO, J. R. **O porto de Vitória**. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Instituto de Geografia, 1974. 300p.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.

BITTENCOURT, G. A. M. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987. 302p.

BRITO, F. S. R. **Projeto de um novo arrabalde**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1896. 73p.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. **O novo arrabalde**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996. 246p.

_____. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura: 2002. 161p.

_____. **A história da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-ES, 2005. 113p.

CAUS, C. L. **Das fontes e chafarizes às águas limpas: evolução do saneamento no Espírito Santo**. Vitória: Cesan, 2012. 525p.

DERENZI, L. S. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. 254p.

_____. **Caminhos percorridos: memórias inacabadas**. Vitória: IHGES, 2002. 164p.

ELTON, E. **Logradouros antigos de Vitória**. 2. ed. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986. 241p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Patrimônio cultural do Espírito Santo: arquitetura**. Vitória: Secult, 2009. 557p.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 190p.

MEIRELLES, D.; LIRA, R.; COSTA, W. Desvendando os mistérios de Vitória: o “Castelinho da Capixaba”. **Gazeta Online**, Vitória, Caderno Cidades, s./i., 2013. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2013/09/>

desvendando-os-misterios-de-vitoria-o-castelinho-da-capixaba-1011459024>. Acesso em: 15/09/2018.

MENDONÇA, E. M. S.; FREITAS, J. F. B.; CAMPOS, M. M.; PRADO, M. M.; ALMEIDA, R. H. **Cidade Prospectiva**: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória. Vitória: EDUFES; São Paulo: Annablume, 2009. 116p.

MENDONÇA, M. C. **A modernização do atraso**: os fundamentos da urbanização de Vitória – 1889-1930. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 27 de nov. de 2014.

_____. Modernizar para o capital: estratégias de valorização do capital na construção de Vitória-ES (1889-1930). **Geosp**: Espaço e Tempo, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 8-31, 2017.

MONTEIRO, P. R. **Vitória - cidade e presépio**: os vazios visíveis da Capital capixaba. São Paulo: Annablume; Fapesp; Vitória: Facitec, 2008. 217p.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e debate**: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. 670p.

PEREIRA, P. C. X. **São Paulo**: a construção da cidade – 1872-1914. São Paulo: Rima; Fapesp, 2004. 174p.

QUINTÃO, L. C. **A interiorização da Capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 10 de nov. de 2008.

ROSTOLDO, J. P. **A cidade republicana na belle époque capixaba**: espaço urbano, poder e sociedade. 2008. 210f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social. 13 de out. de 2008.

SALETTI, N. **Transição para o trabalho livre no Espírito Santo** (1888-1930). Vitória, Edufes, 1996. 162p.

SANTOS, E. F. **Américo Buain**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2011. 417p.

_____. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. 599p.

_____. (Org.). **Escritos políticos de Muniz Freire**. Vitória: ES: Pró Texto Comunicação e Cultura, 2013. 653p.

ZORZAL E SILVA, M. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FFCA/SPDC, 1995. 530p.

Fontes primárias

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem lida ao Congresso do Espírito Santo...** Presidente, 1892-1896 (José de M. Carvalho Muniz Freire). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, Tipografia do Estado, 1894. 18p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem dirigida ao Congresso espírito-santense...** Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, Tipografia do Estado, 1908. 51p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo...** Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, Imprensa Oficial, 1909. 33p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem dirigida ao Congresso do Espírito Santo...** Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, Imprensa Estadual, 1910. 33p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem dirigida ao Congresso do Espírito Santo...** Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, Imprensa Estadual, 1911. 38p.

ESTADO do Espírito Santo. **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909-1912...** Presidente, 1908-1912 (Jerônimo de Souza Monteiro). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, s/i., 1913. 114p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, s/i., 1925. 78p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, s/i., 1926. 96p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo...** Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, s/i., 1927. 126p.

ESTADO do Espírito Santo. **Mensagem final apresentada ao Congresso Legislativo...** Presidente, 1924-1928 (Florentino Avidos). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, s/i., 1928. 342p.

Recebido em: 31/01/2019

Aceito em: 30/03/2019

